

ÁREA TEMÁTICA: Estudos Organizacionais

ISSO NÃO É A ANALÍTICA ARQUEOLÓGICA

Resumo

Nesse artigo teórico, objetivamos descrever a análise feita por Michel Foucault em suas primeiras obras, com vistas a dar um ponto de apoio aos que se aventurarem a diminuir a ausência da arqueologia nos estudos sobre organizações. A primeira questão resultante desse caminho foi uma resposta para o local em que as análises de discursos dos estudos organizacionais devem focar para conseguir encontrar seus próprios arquivos. Foucault (1999) sugere esse método como a análise dos modos de ser da ordem do discurso, da camada intermediária entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo. Essa camada intermediária tratada pelo autor, elucidou também diversas áreas tangentes aos estudos organizacionais e a arqueologia. São possibilidades diversas e dispersas em uma miríade de áreas e epistemes. Entretanto, todas as possibilidades de conexão são novas, devido a um simples fato: a matéria-prima a ser analisada não está contida nas reflexões, nem mesmo na essência das coisas pesquisadas, mas sim na formação discursiva, no arquivo arqueológico. Sugerimos que, assim como Foucault (2008) tentemos mostrar as regras de formação dos efeitos de verdade nos estudos organizacionais.

Palavras-chave: Arqueologia; estudos organizacionais; arquivo; acontecimento; Michel Foucault.

Abstract

In this theoretical article, we aim to describe Michel Foucault's analysis of his early works, with a view of providing a starting point for those who venture to reduce the absence of archaeology in organizational studies. The first question arising from this approach was to answer where discourse analyses in organizational studies should focus to find their own archives. Foucault (1999) suggests this method as the analysis of modes of being within the order of discourse, the intermediate layer between the already codified gaze and reflective knowledge. This intermediate layer, addressed by the author, also elucidated several areas intertwined with organizational studies and archaeology. These are diverse possibilities, dispersed across a myriad of fields and epistemes. However, all the possibilities for connection are new, due to a simple fact: the raw material to be analyzed is not contained in reflections, nor even in the essence of the things researched, but rather in the discursive formation, in the archaeological archive. We suggest that, like Foucault (2008), we try to show the rules for the formation of truth effects in organizational studies.

Keywords: Archaeology; organizational studies; archive; event; Michel Foucault.

Introduzindo a busca arqueológica

A analítica foucaultiana tem se mostrado capaz de trazer novas luzes sobre as teorias organizacionais. Em grande medida é perceptível no campo, a ênfase dada a certo conjunto de novos objetos, que se relacionam a questões sobre o poder e os discursos. Entretanto, talvez enquanto seguidores da apresentação do autor junto aos estudos organizacionais feita por Burrell (1988), temos nos prendido em larga medida a certo conjunto de obras, textos condensados principalmente no que tem se convencionalizado chamar de período genealógico de Michel Foucault.

Ao relegar as obras iniciais do autor a um segundo plano, estamos desconsiderando que “[...]a genealogia apoia-se sobre a arqueologia e a completa” (THIRY-CHERQUES, 2008, p. 229). “Como uma técnica, a arqueologia serve para levantar discursos-objetos, ela [...] permite a Foucault levantar as questões genealógicas. Como são estes discursos utilizados? Que papel eles representam na sociedade? (DREYFUS E RABINOW, 1995, P. XXI). Em outras palavras, embora possa ser considerada como a maior aproximação que o autor teve do estruturalismo (DREYFUS E RABINOW, 1995), ela serve de degrau epistemológico para a genealogia. Passar por Michel Foucault para tratar das organizações através de um viés genealógico que negligencia o papel fundamental e complementar da análise arqueológica do discurso seria algo questionável, ou pelo menos demandante de complementação. Tentando preencher essa lacuna teórica, objetivamos descrever a análise feita por Michel Foucault em suas primeiras obras, com vistas a dar um ponto de apoio aos que se aventurarem em diminuir a ausência da arqueologia nos estudos sobre organizações.

Tangenciando sempre que possível os estudos sobre organizações (apesar do campo apresentar resumida contribuição no contexto arqueológico), bem como outras obras foucaultianas, começaremos após essa breve introdução, por propor uma descrição de algumas questões claras a pressupostos da analítica. São encontradas reverberações de algumas bases teóricas presentes em Nietzsche (2005) e Heidegger (1997). Através delas é possível compreender seu posicionamento em relação a algumas linhas epistêmicas. Na lacuna observada por Foucault (1978, 1980, 2008), se percebe a matéria-prima estocada no que considera como os arquivos. O resultado desse momento da discussão é uma resposta para em que local dos discursos os estudos organizacionais podem focar para conseguir encontrar seus próprios arquivos.

Em um momento posterior, os arquivos são situados da forma como foram encontradas por Foucault (1978, 1980, 2008), mas não antes de uma discussão aprofundada sobre o que seria a arqueologia. Esta analítica que se faz imanentista e histórica, é mais clara a partir da noção de “acontecimento”, em suas manifestações de rupturas e regularidades, ou das sobreposições de regularidades presentes em arquivos. Esta dispersão é característica relevante para as formações discursivas, bem como suas regras de formação. Os acontecimentos também tangenciam outros momentos, como o genealógico e o ético-estético, que são pontuados.

Sumarizamos os resultados e considerações na última parte desse trabalho teórico. No mesmo espaço, são também apresentadas algumas limitações do trabalho, bem como do uso da arqueologia nos estudos organizacionais.

O que buscar através do ponto de vista arqueológico?

Sob o tema desse título, começemos por pensar que Foucault (1999) se pergunta sobre as relações estabelecidas entre “as palavras e as coisas”. Na obra de mesmo nome, ocupa-se “(...) da ordem das coisas e do pensamento do mesmo, entendido como o território daquilo que a modernidade considerou racional. É o que ingressa na ordem do estabelecido, o que não admite contradições” (DÍAZ, 2012, p. 10).

Foucault (1999), chega a sugerir a uma “tábua” de suporte, local de inscrição desses ordenamentos do saber anteriores às palavras: trata-se do lugar onde o conhecimento se firma. Um “lugar-nenhum”, que busca “modos de ser” da ordem, sua experiência “nua”.

De fundamentação heideggeriana, o “não-lugar” dessa experiência seria intermediário, e estaria entre os códigos fundamentais de uma cultura e um olhar reflexivo sobre a mesma. De forma idêntica, Heidegger (1997) nega ao mesmo tempo a essência das coisas-elas-mesmas (ao se relacionar com a tradição fenomenológica); e a interpretação reflexiva oriunda da hermenêutica. Se afasta da tradição fenomenológica na medida em que discorda de uma essência: para o autor, o “ser” que se mostra como conceito mais universal, é também o mais obscuro e indefinível. Se aproxima mais de uma ideia ôntica-ontológica, sendo que essa questão se relaciona com o fato do ser “estar lançado” em meio a um mundo. A fenomenologia é compreendida pelo autor enquanto “tarefa de interpretação”, conceito que descreve uma determinação externa ao fenômeno. Não interna, essencial, ôntológica, mas sim externa, interpretativa, ôntica. E essa mesma “interpretação”, também o afasta da hermenêutica, pois a reflexão interpretativa se estabelece através de relações de contato, conhecimento, e domínio de um mundo, onde ela se ocupa, onde já existe. Traria sempre consigo o contexto ao qual faz parte.

Este mesmo lugar intermediário pode ser visto na análise que Nietzsche (2005) realiza. Ao se dirigir para o racionalismo e para o empirismo, o autor encontra um grande domínio e direcionamento inconsciente de funções gramaticais, que levam a conexões e interpretações de um mundo situado, algo que o autor trata por vezes como preconceitos dos filósofos. Para Giacóia Jr (2003), um dos grandes projetos de Nietzsche se encontra na inversão do que o platonismo relegou: o subjetivo como errado e contrário à verdade, que existe como um espírito puro, como bem em si, principalmente, como essência: “Minha filosofia platonismo revertido: quanto mais afastado do verdadeiro ente tanto mais puro, belo, melhor. A vida no brilho da aparência como meta” (NIETZSCHE, 1980, citado por GIACÓIA JR. 2003, p. 24). Nietzsche (2005) percebe problemas em se tentar aproximar das coisas pelo que são em si mesmas, ou pelo conhecimento obtido a partir de observações simples e imediatas. “Contra eles Nietzsche faz ver que os conceitos e os sistemas filosóficos não surgem, nem se desenvolvem, arbitrariamente, mas como um desdobramento orgânico, como os 'membros da fauna de alguma parte da terra', um ecossistema, diríamos hoje” (GIACÓIA JR. 2003, p. 24). Nietzsche (2005) tenta demonstrar que não existem impressões sensíveis elementares. Estas seriam lógico e gramaticalmente pré-formadas (GIACÓIA JR. 2003).

Com relação à tentativa de compreensão baseada na ação reflexiva, que tem no empreendimento cartesiano e no *cogito* de Descartes (penso logo existo) a pedra angular, Nietzsche (2005) demonstra, no aforismo 16, que “[...] este 'eu penso' implica que comparo meu estado momentâneo com outros estados observados em mim para estabelecer o que é, posto que é preciso recorrer a um 'saber de origem diferente', pois, 'eu penso' não tem para mim nenhum valor de 'certeza imediata’” (Nietzsche, 2005, p.

25). Dessa forma, “Nietzsche considera, pois, que a evidência do *cogito* é caudatária da divisão da sentença gramatical elementar (sujeito-objeto), duplicada na categoria lógica de subsistência substância – inerência (atributo)” (GIACÓIA JR., 2003, p. 25).

Assim, tanto em Nietzsche (2005), quanto em Heidegger (1997), existe a crítica da possibilidade de provisão do conhecimento com base na busca de sua essência intocada, mas também pela simples reflexão. Assumiremos que essas contradições representadas pelos pares empirismo/racionalismo cartesiano e fenomenologia/hermenêutica também se fazem presentes na obra de Michel Foucault. Em sua analítica, poderiam ser representados respectivamente pelo par que se tornou título de um livro: as palavras e as coisas. Afirmamos também que o autor encontra uma solução possível para esse problema. Como ilustra a Figura 01, o trabalho arqueológico não se ocupa das palavras, nem das coisas. Sua análise discursiva se encontra nessa camada intermediária, nas ligações feitas entre as coisas-elas-mesmas e sua interpretação.

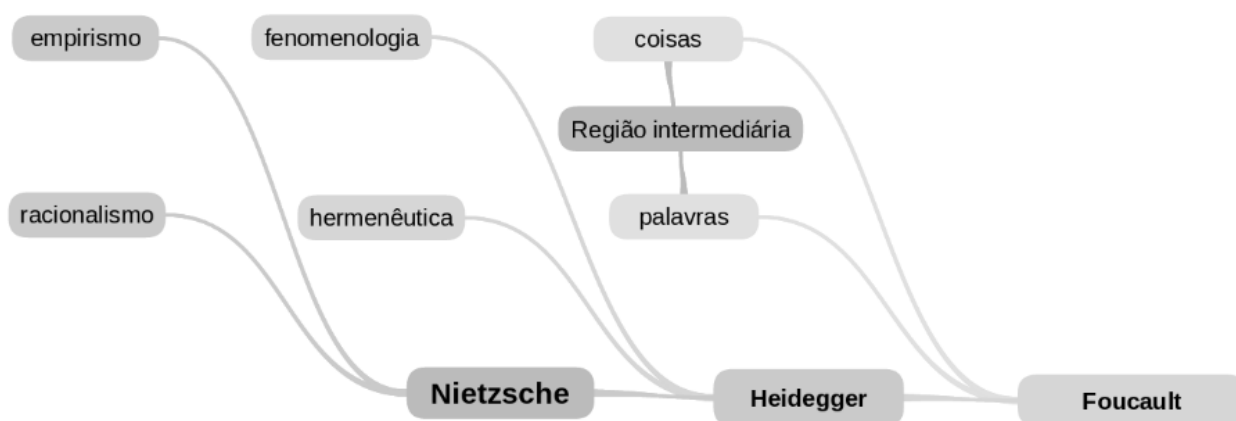


Figura 01: Região intermediária foucaultiana

Fonte: Elaboração dos autores.

Por mais que análises arqueológicas sejam raras nos estudos organizacionais, os trabalhos de Pires *et al* (2020), Dutra *et al* (2018), Camargo *et al* (2015) e Costa e Leão (2012) podem ser considerados como alternativas. Embora optando por uma quantidade pequena de extratos discursivos, podemos observar algo da arqueologia em dois desses exemplos, que têm como lócus a mesma cidade: no primeiro artigo, Pires *et al* (2020) tentam fazer uma análise do discurso de um programa da cidade de Recife, através dos enunciados obtidos em materiais audiovisuais; e o último, escrito por Costa e Leão (2012), observa materiais de merchandising de uma marca global colocados em diversos pontos de venda da cidade e os extratos discursivos oriundos dos discursos que tratam das teorias do marketing. Os textos e imagens percebidos em Pires *et al* (2020), bem como os recursos midiáticos (coisas) e as possíveis reflexões associadas (discurso dos estudos sobre mercadologia), denotam algo que o próprio Foucault (1999) se refere, e complementa:

Os códigos fundamentais de uma cultura (aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas) fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar. Na outra

extremidade do pensamento, teorias científicas ou interpretações de filósofos explicam porque há em geral uma ordem, a que lei geral obedece, que princípio pode justificá-la, por que razão é essa a ordem estabelecida e não outra. [...] Assim, entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo, há uma região mediana que libera a ordem no seu ser mesmo: é aí que ela aparece, segundo as culturas e segundo as épocas [...]. De tal sorte que, essa região "mediana", na medida em que manifesta os modos de ser da ordem, pode apresentar-se como a mais fundamental [...]. Assim, em toda a cultura, entre o uso do que se poderia chamar os códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem, há a experiência nua da ordem e de seus modos de ser (FOUCAULT, 1999, p. XVII).

Dessa forma, percebe-se que também Foucault (1999) se utiliza de visibilidades e enunciados, coisas e palavras, mas para alcançar os “modos de ser” da ordem, que estão em uma camada intermediária. Para alcançar esta, se faria necessário “(...) utilizar várias positivities distintas, cujos estados concomitantes são comparados durante um período determinado e confrontados com outros tipos de discurso que tomaram o seu lugar em uma determinada época” (FOUCAULT, 2008, p. 178). Para realizar a arqueologia, podemos considerar as positivities enquanto pertencentes a domínios do visível e do enunciável (DÍAS, 2012), ou seja, buscar regras de formação da relação entre o que foi visto e o que foi dito. Ao se perceber essas constatações como relacionadas ao poder nas organizações, pode-se utilizar da arqueologia para tratar sobre a formatação existente entre o visível e o dizível entre grupos, por exemplo: o que é dito diante de erros ou conquistas de cada grupo? Existem diferenças hierárquicas associadas? É relevante recordar que “[...] a linguagem é um meio de controle social e de poder. Discursos que reproduzem as relações de poder se naturalizam, e essas relações podem estar opacas aos participantes” (LECLERCQ-VANDELANNOITTE, 2011, p. 1251).

Compreender como a camada intermediária está organizada é um caminho possível através da arqueologia. Complementa essa possibilidade de análise aquela que foi empreendida em Foucault (1978, 1980). Se aproximando de um contexto nihilista nietzschiano entretanto: inversamente à busca por modos de variação da ordem, ocorre nela a busca pela própria contradição, pelo que o discurso demonstra como não pertencente à ordem, e que é visível na construção das linhas divisórias entre formações discursivas, pelo que se exclui de extratos discursivos ou “(...) pela maneira pela qual uma cultura estabelece os limites entre o normal e o anormal” (DÍAZ, 2012, p. 10).

Quando [a arqueologia] se dirige a um tipo singular de discurso (o da psiquiatria na *Histoire de la folie* ou o da medicina em *Naissance de la clinique*), é para estabelecer, por comparação, seus limites cronológicos; é também para descrever, ao mesmo tempo que eles e em correlação com eles, um campo institucional, um conjunto de acontecimentos, de práticas, de decisões políticas, um encadeamento de processos econômicos em que figuram oscilações demográficas, técnicas de assistência, necessidades de mão-de-obra, níveis diferentes de desemprego, etc. (FOUCAULT, 2008, p. 177).

O segundo movimento, tão próximo de assuntos discutidos nos estudos organizacionais como as práticas, processos econômicos, relações com a mão-de-obra, entre outros, pode se dirigir a um tipo singular de discurso, estabelece seus limites por comparação; e descreve ao mesmo tempo e em correlação a esses limites, elementos que podem ser discursivos e/ou não. Um exemplo interessante seriam estudos que

tratam dos discursos pela via identitária. Fleming (2007) ilustra que algumas respostas à cultura organizacional podem ocorrer através da criação de identidades e discursos distintos. Assim, as relações entre as diversas positivities em cena ajudar a compreender o que esses novos discursos excluem dos antigos.

Sinteticamente, podemos afirmar a existência de duas possibilidades analíticas distintas na arqueologia, que se dão no sentido de individualizar e descrever formações discursivas a partir de si mesmas e do “outro”. Na que se refere **aos modos de ser da ordem**, a busca seria por fundamentos para as posições dos elementos (textuais e/ou não) e suas possibilidades imanentes a algum substrato. A analogia da “tábua das formas de conhecimento” embora pobre, pode ajudar a compreender a tentativa empreendida: busca criar um arquivo de enunciados para comparar duplamente: contrastar os diversos modos de ser da ordem através dos elementos de um mesmo discurso; ou contrapor os modos de ser da ordem no tempo, ao observar suas variações entre diversos discursos. Especifica como é definida a experiência do igual, do mesmo.

A outra possibilidade, também comparativa, trataria das violências empreendidas na exclusão realizada pela/para a formação do que é o dentro e/ou fora dos discursos. Mas seu foco estaria em um discurso específico (como o da medicina, ou o da gestão) e sua ação é empreendida na intenção de encontrar o que são os **limites de um discurso**. Como exemplo, pode-se perceber que Foucault (1978, 1980) não define o que é a razão de forma direta. Mas ilustra o discurso da razão pelos diversos objetos formados de não razão¹: a loucura, a pobreza, a prostituição, a doença. Estes são “(...) a alteridade em relação ao homem saudável” (DÍAZ, 2012, p. 9). E são os “outros” à razão, que iluminam suas formas constitutivas de práticas discernidas como verdades: no caso, irão “(...) da experiência limite do outro e da loucura às respectivas formas constitutivas do saber médico e psiquiátrico” (DÍAZ, 2012). Assim também pode-se observar certo discurso do mainstream dos estudos organizacionais em sua tentativa de excluir estudos sobre gênero, ou organizações não convencionais, para definir o que é a gestão. Ou ainda, a ausência de estudos com viés pós-colonial nas questões sobre gênero, o que pode levar à não consideração de elementos como a raça, a condição social, entre outros o (CAPELLE et al., 2006). O silêncio também organiza sentidos (ORLANDI, 1997).

Se observada de uma perspectiva mais ampla, existe certa relação entre os modos de ser da ordem e os limites de um discurso, pois “(...) as culturas chegam à determinação do mesmo mediante várias exclusões (...). A produção da verdade é descoberta nas práticas (...) existem as coisas ou os objetos que as práticas produzem” (DÍAZ, 2012, p. 11). Entretanto, mesmo tendo em mente essas formas mais amplas nas quais algumas trilhas foucaultianas podem ser percebidas, as respostas se dão nas microrrelações entre elementos discursivos e não discursivos. São relações tortuosas e repletas de vias que se conectam com outras. Tentar compreender nessa amplitude demanda estar preparado para percorrer um labirinto. Esta noção se faz presente em diversos autores que tratam de Foucault (2008), como Díaz (2012), Fairclough (2001), talvez indiretamente Deleuze (2005).

O texto da “Arqueologia do Saber” se auto refere. Utiliza de formulações para explicar as formulações. Elas têm elementos comuns, ou que participam da construção

¹ Para determinados momentos na história. Por exemplo: na época neoclássica, a desrazão compreendia tudo aquilo que se opunha à 'boa ordem burguesa' (DÍAZ, 2012, p. 13).

uma da outra. O texto presente naquele livro (e em outros desse momento arqueológico) serve de exemplo para o que o autor queria demonstrar. É interessante ler o que outros autores foram capazes de compreender sobre esse período foucaultiano, para tentar sair, de alguma forma das “definições circulares” (FISCHER, 2001, p. 201).

Vindo de outras leituras, alguns elementos se mostram como marcas mais regulares a diversas percepções. A primeira que seria relevante elucidar é sobre o que a fase arqueológica pareceu buscar: “(...) fazer arqueologia é tentar descobrir sob as águas as práticas que sustentam o objetivado. Por exemplo, a loucura somente existe como objeto *em e por* uma prática” (DÍAZ, 2012, p. 12 *itálico da autora*). Em Robin (1973), se relacionaria com as condições de possibilidade de determinado discurso. Mas poderia buscar principalmente “(...) dar conta de como se instaura certo discurso, quais suas condições de emergência ou suas condições de produção” (FISCHER, 2001, p. 216). Em obras posteriores, Foucault (2011) elucidava as relações de poder. Esse não é entretanto, o caso da arqueologia. Por mais que o tema tenha profunda relevância na obra do autor (e seja quase inseparável posteriormente), durante seu período arqueológico, o foco era nos tipos de discurso “(...) como regras para a constituição de áreas de conhecimento. Em seus últimos estudos genealógicos, a ênfase mudou para as relações entre conhecimento e poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 63). Nas palavras do autor: “Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade” (FOUCAULT, 1979, p. 172).

Dessa forma, tendo como base determinado elemento ou conformação discursiva localizada, a arqueologia se preocuparia em compreender “o que faz parte de suas condições de emergência” (FOUCAULT, 2008, p. 187). Foucault (1999) sugere esse método como a análise dos modos de ser da ordem do discurso, da camada intermediária entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo. Após se debruçar sobre a análise que havia feito nesse período, o autor define algumas considerações que podem ser úteis para elucidar o que pretendia:

Trata-se de uma empresa pela qual se tenta medir as mutações que se operam, em geral, no domínio da história; empresa onde são postos em questão os métodos, os limites, os temas próprios da história das ideias; empresa pela qual se tenta desfazer as últimas sujeições antropológicas; empresa que quer, em troca, mostrar como essas sujeições puderam-se formar (FOUCAULT, 2008, p. 187).

Para essa busca, sugere-se pensar “(...) não segundo quais regras é possível construir novos enunciados, mas como aconteceu que somente tais enunciados tenham existido e não outros” (CASTRO, 2009, p. 136). Nesse sentido, poderia ser útil no estudo de Bacellar e Ykeda (2011), que analisam a história do ensino e marketing, se houvesse a proposta de analisar os discursos em formato de arquivo. Mas além desse, diversos estudos históricos poderiam se beneficiar desse formato de trabalho. A questão é que a arqueologia lança mão de certos instrumentos para compreender como as sujeições se formaram. Foucault (2008) se dirige a enunciados e formações discursivas.

Meu objeto não é a linguagem, mas o arquivo, ou seja, a existência acumulada dos discursos. A arqueologia, tal como eu a entendo, (...), é a análise do discurso

na sua modalidade de arquivo. (...) A língua é um conjunto de estruturas, mas os discursos são unidades de funcionamento (FOUCAULT, 2005, p.72-73).

É para estes arquivos que o arqueólogo se volta, para exumar, trazer novamente a superfície dos sentidos, os restos mortais de enunciados ou para demonstrar aqueles recém nascidos, ambos relegados pela história feita até então. Remonta as ideias que fazem parte de determinado arquivo, coloca-as em choque com outras ideias, de outros arquivos, de outros períodos. É nesse movimento que a naturalização de elementos discursivos pode cair por terra e, dar origem a um “acontecimento arqueológico”.

Formações discursivas e sujeitos como acontecimentos.

Antes de tratarmos sobre essa espécie de “local epistêmico” do acontecimento, e dada sua relação forte com o discurso, se faz necessário compreender alguns elementos que podem ser vistos no mesmo, por meio da analítica foucaultiana. Podemos pois, fazer uma lista, que seria retomada no decorrer do texto, conforme se mostrarem úteis, ou simplesmente se forem encontrados. Temos que acreditar no acaso das descobertas, nesse sentido. A intenção aqui não pode ser a de subsumir essa lista a uma ordem comum, a uma unidade discursiva coerente. Pois esses elementos não aparecem em todos os acontecimentos. Sequer foram tratados nesse sentido pelo autor: tentativa de ordenar (lembramos que o que estamos fazendo é uma violência com o seu discurso).

Assim, lançaremos mão de duas séries já descritas que, mesmo com a melhor das intenções, não passará da criação de nossa lista de animais do imperador chinês². Muito embora autores de trabalhos do campo dos estudos organizacionais como Costa e outros (2013) ilustrem alguns exemplos, vamos lançar mão dos trabalhos de dois autores que tinham nas suas análises um cunho mais explicativo do que descritivo sobre a obra de Foucault, como Fairclough (2001), que considera como subtítulos relevantes para apropriação na sua análise, as regras de formação de: **objetos**, modalidades **enunciativas**, **conceitos**, **estratégias**. Já Dias (2012), considera que Foucault (2008):

Desenvolve certos pontos chaves da arqueologia: **enunciados**, formações discursivas, regras de transformação, acontecimentos, monumentos, formação de **objetos**, **conceitos**, **estratégias**, **raridade**, **arquivo**, História do pensamento (DIAS, 2012, p. 14)

Pensamos em passar pela noção de acontecimento inicialmente, por ser a concepção geral da atividade filosófica foucaultiana (CASTRO, 2009, p. 24). Tratando de uma obra de Gilles Deleuze através do neologismo “acontecimentalizar”,

Foucault faz uma referência a uma forma de proceder na análise histórica que se caracteriza, em primeiro lugar, por uma ruptura: fazer surgir a singularidade ali onde se está tentando fazer referência a constante histórica, a um caráter histórico ou a uma evidência que se impõe mais ou menos a todos(...). Em segundo lugar, caracteriza-se também por encontrar as conexões, os encontros, os apoios os bloqueios, os jogos de força, as estratégias que permitiram formar em um momento dado, o que depois se apresentará como evidente (CASTRO, 2009, p. 26).

2 Ver Foucault (1999).

Acreditamos que seria possível analisar a forma de trabalho foucaultiana como uma “acontecimentalização”. Entretanto, se faz necessária certa improvisação para tratar sobre o tema. Isso por que a própria arqueologia pode ser vista como uma “(...) descrição de acontecimentos discursivos” (CASTRO, 2009, p. 24), não cabendo dessa maneira, separação tão nítida entre as questões.

Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de **acontecimentos** no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam (FOUCAULT, 2008, p. 30 **grifo nosso**).

Quando Foucault (1978) faz sua análise sobre a loucura, demonstra alguns acontecimentos. Com relação à razão, por exemplo, diante dos séculos XV e XVI o louco oscila em sua relação com o imaginário, em festas populares, se elevam figuras como naus, portos, margens da cidade, a água. E em um segundo conjunto de práticas “a loucura é integrada à razão, podendo ser uma de suas manifestações (DÍAS, 2012, p. 49); Entretanto, nos dois séculos seguintes, ocorre a divisão entre “[...] o que pertence e o que não pertence à razão. [...] a loucura será desrazão diante dos olhos dos homens” (DÍAS, 2012, p. 50). O louco será excluído da razão, será aprisionado, sua voz, que antes dizia algo que se incluía nas possibilidades da racionalidade, será ouvida através de certos intermediários. É um novo acontecimento, ou uma nova série deles. Assim, questiona-se: quais são as possíveis visões sobre um executivo? Quais os objetos estiveram, estão, estarão sendo utilizados enquanto referência para definir o que é um gestor de Taylor a Barnard (FERREIRA *et al*, 2006)? Para definir o que é a gestão? Ou estratégia? Neste campo por exemplo, percebe-se uma mudança que antes era negada: a prática associada à estratégia. Prováveis acontecimentos estariam embutidos nesses extratos discursivos. Mas além desses exemplos, muitas são as possibilidades nos estudos sobre organizações.

No caso loucura, as mudanças nos enunciados levariam a uma noção de ruptura radical com o anterior. Ocorre ainda em Foucault (1999), onde, a “(...) mutação de uma episteme a outra é pensada como um acontecimento radical, que estabelece uma nova ordem do saber (...)” (CASTRO, 2009, p. 25). Todavia, contrapõe-se (ou complementa?), à visão do acontecimento enquanto ruptura total, a noção de que este instaura novas séries de regularidades, que se tornam condições para formações discursivas ou não. Contraditoriamente, os acontecimentos se relacionam à fraturas e regularidades dos enunciados, quando consideradas pelo viés arqueológico.

A análise sobre os acontecimentos através da **ruptura e da regularidade** fica clara também ao se analisar recortes relacionados a enunciados, como no caso da medicina, ou a economia, ou a gramática. Refletindo sobre esses conjuntos, Foucault (2008, p. 42) pergunta-se sobre a existência de uma unidade. Não encontra. A ideia de unidade parece incoerente com os acontecimentos ou suas séries: esses conjuntos não pertencem a um domínio relacionado a objetos únicos, tipologias de enunciações, noções bem definidas, ou temáticas permanentes. Os acontecimentos se deslocam. Não se mantêm ao serem pensados em termos de identidade estável ou variações coerentes que poderiam ser percebidas por sua continuidade, suas definições, ou os temas levantados.

Ao invés de identidades estáveis ou variações coerentes o autor se encontra com as rupturas. Por isso, abandona a busca por uma unidade, tratando a partir de então dos sistemas de dispersão, ou das formas de repartição onde se poderia perceber certa “(...) regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas (...)” (FOUCAULT, 2008, p. 42). Essas regularidades então seriam consideradas, quando tratando sobre enunciados, por **formações discursivas**:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 42).

Enfim, o autor considera que as formações discursivas são sistemas de dispersão ou formas de repartição que denunciam certa regularidade entre enunciados, ou objetos, tipos de enunciação, conceitos, temas. Essa regularidade se daria através de ordens, correlações, posições e funcionamentos, transformações dos elementos ora citados. Tendo em face que o objetivo foucaultiano seria compreender as condições de possibilidade dessas regularidades (que podem ser iniciadas por rupturas), uma questão relevante seria compreender suas regras de formação. Como ele trata:

Chamaremos de **regras de formação** as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 42).

No entanto, é importante deixar claro que uma suposta separação temporal entre ruptura e regularidade deve ser vista apenas de forma didática, pois elas não são, necessariamente, assíncronas. Ruptura e regularidade são dimensões diferentes de uma análise. Mas essa questão deixaria Foucault em uma encruzilhada. Como é possível algo ser uma ruptura e uma regularidade? Essa questão é resolvida de algumas formas. Inicialmente, por existir uma quarta concepção do acontecimento: ele seria o estado atual das forças, uma agonística. E enquanto tal, a solução é genealógica: **as rupturas e regularidades fazem parte de um mesmo momento**: “As lutas, na história, se levam a cabo através de práticas que se dispõe, mas, nesse uso, elas se transformam para inserirem-se em novas táticas e estratégias de luta” (CASTRO, 2009, p. 25). Na fase genealógica, Foucault (1979) sugere ainda a reconfiguração da noção de “origem” das coisas, enquanto disposição atual das forças: não se deve crer no início das coisas como o momento de seu estado de perfeição, de essência, de identidade pura, ou como lugar de onde a verdade emerge. Em uma segunda instância, podemos considerar que o acontecimento ocorre quando um novo grupo de práticas regulares emerge, rompendo de alguma forma com a regularidade de outro grupo de práticas existentes. Um conjunto de práticas regulares que rompe com a regularidade das anteriores.

Nesse sentido, o acontecimento ou o “acontecimentalizar” vai englobar também a “fase” ética-estética de Foucault, por se inserir na própria forma de análise do sujeito: este será visto como alguém que desenvolve um conjunto de práticas sobre si de acordo com o tempo. Isso pode ser visto na sexualidade: Foucault (1988, 1998, 2005) demonstra os modos de sujeições específicos, regularidades nas práticas distintas que recobrem aquele tema. Como as regularidades mudam, são também rupturas. Vão existir regularidades e rupturas entre gregos, troianos, cristãos. Nesse sentido, Foucault (1988, 1998, 2005) parece considerar o próprio sujeito como capaz de se acontecimentalizar.

A constituição desse sujeito demanda “(...) descer ao estudo das práticas concretas pelas quais o sujeito é constituído na imanência de um campo de conhecimentos”. (FOUCAULT, 2006, p. 237). Ou seja, o sujeito, que pode participar do campo da gestão ou do empreendedorismo, por exemplo, é construído por práticas e conhecimentos de um campo de imanências. Nesse sentido, “os modos de subjetivação são precisamente, as práticas de constituição do sujeito” (CASTRO, 2009, p. 408). Não existe uma noção identitária, essencialista, estrutural do sujeito. Existe sim um conjunto de práticas, a partir das quais o sujeito se constitui em relação a um campo de conhecimentos e dessa forma, se torna “uma variável ou um conjunto de variáveis do enunciado” (DÍAS, 2012, p. 87). Trata-se, dessa forma, de um sujeito fluido, que se movimenta no tempo. Não mais,

uma substância, é uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando você se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembleia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes. (FOUCAULT, 2006, p. 275).

E enquanto se estabelecem formas de relações diferentes consigo mesmo, pode-se observar no sujeito, certa objetivação. “Expressando-se de outro modo, trata-se de uma história dos jogos de verdade nos quais o sujeito, enquanto sujeito, pode converter-se em objeto de conhecimento” (CASTRO, 2009, p. 408). Em resposta a algumas críticas, pode-se dizer que Foucault sempre teve nos sujeitos, um dos seus principais objetos de pesquisa.

Limitações e considerações aos arqueólogos

A intenção desse fragmento textual se aproxima de uma tentativa de operacionalizar algo como uma analítica foucaultiana. Mas, como está claro desde o título, estaria “impedido” de trilhar por esta via da teorização (ou seja, trazendo um conjunto de relações causais, e modelos de utilização sistematizados): Foucault sempre tratou esse tema\possibilidade com restrições claras. Mas o autor deixa certa possibilidade implícita em seu trabalho, quando trata de uma das suas fontes principais:

A presença de Nietzsche é cada vez mais importante. Mas me cansa a atenção que lhe é dada para fazer sobre ele os mesmos comentários que se fez ou que

se fará sobre Hegel ou Mallarmé. Quanto a mim, os autores que gosto, eu os utilizo. O único sinal de reconhecimento que se pode ter para com um pensamento como o de Nietzsche, é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar. Que os comentadores digam se se é ou não fiel, isto não tem o menor interesse. (FOUCAULT, 1979, p. 143).

Consideremos então esse trabalho como um sinal de reconhecimento às contribuições foucaultianas nos estudos sobre organizações, muito embora este campo careça de pesquisas com cunho verdadeiramente arqueológico, ou minimamente arqueogenealógico. Padecemos do mesmo mal a que criticamos, pois poucos são os textos com capacidade explicativa verossímil, com o uso tentativamente arqueológico. Mas é devido à pouca literatura e necessidade premente que esse artigo complementou o que se propôs: se torna uma tentativa de ajudar a quem o quiser deformar, fazer ranger ou gritar (o mesmo que fizemos).

Objetivamos descrever teoricamente a análise feita por Michel Foucault em suas primeiras obras, com vistas a dar um ponto de apoio aos que se aventurarem a diminuir a ausência da arqueologia nos estudos sobre organizações. A primeira questão resultante desse caminho foi uma resposta para em que local dos discursos dos estudos organizacionais devem focar para conseguir encontrar seus próprios arquivos. Foucault (1999) sugere esse método como a análise dos modos de ser da ordem do discurso, da camada intermediária entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo.

Essa camada intermediária tratada pelo autor, elucidou também diversas áreas tangentes aos estudos organizacionais e a arqueologia. São possibilidades diversas e dispersas em diversas áreas e epistemes. Entretanto, todas as possibilidades de conexão, são novas, devido a um simples fato: a matéria-prima a ser analisada não está contida nas reflexões, nem mesmo na essência das coisas pesquisadas, mas sim no discurso em formato de arquivo arqueológico.

Sugerimos que assim como Foucault (2008) tentemos mostrar “baseado em que” ocorrem efeitos de verdade nos estudos organizacionais. O que gera esses efeitos? Um discurso? Um enunciado? Uma formação ou acontecimento? Não nos parece ser essa a resposta. Isso é gerado no ponto de conversão entre todos os elementos discursivos e não discursivos: o sujeito. Por isso Foucault verdadeiramente “matou o indivíduo” no sentido que vinha sendo dado até então. O sujeito, não o indivíduo (o que não pode ser dividido) é múltiplo e assim também o é o gestor e demais pessoas conectadas às organizações. E também as organizações devem ser consideradas como múltiplo ponto de dobra, de reflexão dos enunciados, discursos, formações, acontecimentos. Tudo isso enviesado pelo poder. Não poderíamos ser únicos, totais, quantificáveis, encarnados em um só corpo dócil. Temos respostas mais ariscas. Por isso, utilizamos uma voz enunciativa na primeira pessoa do singular: somos muitos, aqui ecoam muitos. Esse texto não pode ser considerado como construído por uma pessoa, posto que tantas discussões de corredor, de salas de aulas, de orientações formais e informais foram necessárias para que tomasse corpo.

Um corpo dócil? Nem tanto. Enquanto dobras do pensamento foucaultiano, invés de tratar de um lugar comum na sua prática, ou suas relações causais, suas regras principais, tentamos traçar na diversidade de suas análises, um movimento que fosse capaz de lançar o leitor em algo do movimento que o próprio autor se envolveu. Tentar trazer ao leitor essa re-flexão que Foucault (2008) ilustra inicialmente e depois seguir com

seu pensamento, naquilo que nos foi capaz, no decorrer de sua obra. Tentar compreender as condições de possibilidade que o discurso foucaultiano faz emergir, quando da construção de sua analítica. É importante levar em consideração algumas regularidades e rupturas, nesse sentido. Diríamos que muito dos trabalhos nos estudos organizacionais estão envoltos na crítica de certa “formatação discursiva” tomada como coerente: noções priorizadas de organização social, de relações com objetos, consigo mesmo. Também por isso crer nos ganhos decorrentes de uma arqueologia criticada por ser estruturalista, por considerar regras de formação dos discursos. As regras acabariam por implicar relações causais? Funcionalistas?

Michel Foucault observa a vida da humanidade dentro de certo recorte temporal. Com base nesse contexto, nega a forma como fôra tratada. Nega a um ápice que teleologicamente corrobora a linearidade evolutiva da humanidade. Em seu lugar, percebe combinações forçadas de elementos discursivos e não discursivos. Ao invés de uma linha coerente, teleologicamente organizada, percebe que além das regularidades emergem fraturas-rupturas, rachaduras-trincamentos de um discurso cuja coerência é por vezes emendada, tapada com band-aid cor-da-pele, e demonstra coerências devido a isso. Não seria uma ilusão pensar na “evolução” do conhecimento em estudos organizacionais?

Em suma, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos (FOUCAULT, 2008, p. 6).

Nada tão humano (nietzschenianamente falando). Foucault (1978, 1999, 2008) se coloca no ponto de inflexão dessas ondulações ou emendas. Lá onde as formações discursivas criam efeitos de coerência, lisura, conformidade, homogeneidade, encaixe perfeito. “Movel, ele se instalará numa espécie de diagonal, que tornará legível o que não poderia ser apreendido de nenhum outro lugar, precisamente os enunciados” (DELEUZE, 2005, p. 13-14). São aqueles efeitos (coerência, lisura, etc.) que perdem força quando o leitor começa a participar dos discursos. Quando nos assumimos como superfície de inscrição para o discurso, a ordem sub-repticiosa das coisas começa a ruir e também possibilidades de pesquisa: como determinada organização é iluminada? O que a faz parecer “natural”? Movimento crítico também acontece para as delimitações que são dadas pelas\ nas formações discursivas: o que os discursos sobre organizações excluem? Como são inventadas as interioridades/exterioridades? Obviamente, a complexidade dessa análise tende a ser ajudada pelo volume de arquivos, de tempo, de dedicação. Nada disso parece ter faltado ao autor. Mas algo disso ainda falta aos estudos organizacionais.

Referências

- BACELLAR, M. F.; YKEDA, G. O marketing na história do ensino de administração no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 1-13, 2011.
- BURRELL, G. A. A critical and postmodern approach to organizational analysis. In: CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. M. (Org.). **Organizational theory and practice**. Boston: SAGE, 1988. p. 11-30.
- CAMARGO, T.; MENEGATTI, M.; OLIVEIRA, C. D. J. A arqueologia do saber de Michel Foucault e a análise organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 19, n. 4, p. 574-593, 2015.
- CAPELLE, A. L. M. et al. O gênero na academia: um estudo sobre as redes de poder e conhecimento. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 13, n. 39, p. 11-29, 2006.
- CASTRO, E. G. **O vocabulário de Foucault: um guia para a leitura de A Arqueologia do Saber**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- COSTA, E. B.; LEÃO, A. L. M. S. A marca como acontecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 36., 2012, Rio de Janeiro.
- Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.
- COSTA, T. A.; FREITAS, J. B.; MENEGATTI, M. A análise do discurso de Michel Foucault nos estudos organizacionais. **Revista de Gestão Social**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 12-25, 2013.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Editora 34, 2005.
- DÍAZ, L. A. P. **O arquivo e o acontecimento: a arqueologia de Michel Foucault**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: Beyond structuralism and hermeneutics**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- DUTRA, S. R. L.; GOMES, J. A. P. B.; OLIVEIRA, C. D. J. Foucault e os estudos organizacionais: uma análise arqueológica. **Revista de Estudos Organizacionais**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 45-63, 2018.
- FAIRCLOUGH, N. **Análise crítica do discurso**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.
- FERREIRA, J. F. et al. A teoria da organização e a sociologia das organizações: a contribuição de Michel Foucault. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 165-184, 2006.
- FISCHER, S. H. Foucault, Deleuze e a crítica da subjetividade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 200-218, 2001.
- FLEMING, P. M. Foucault, a crítica e a ética do cuidado. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, p. 977-994, 2007.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT, M. **A história da sexualidade: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, M. **A história da sexualidade: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2005.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GIACÓIA JR., O. **Nietzsche: O eterno retorno do trágico**. São Paulo: Martins Fontes, 224.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. São Paulo: Vozes, 1997.

LECLERCQ-VANDELANNOITTE, A. Foucault and the analysis of power in organizational studies. **Journal of Management Inquiry**, v. 20, n. 4, p. 418-433, 2011.

NIETZSCHE, F. W. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto: formulação e circulação**. Campinas: Pontes, 1997.

PIRES, A. R. et al. O discurso do empreendedorismo na cidade de Recife: uma análise arqueológica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 1-15, 2020.

ROBIN, J. C. **Foucault e a desconstrução da subjetividade**. Paris: Gallimard, 1973.

THIRY-CHERQUES, H. R. Foucault e a organização. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 225-242, 2008